INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

076/2024

Protocolo: 3576/2024

Objeto: ***"O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024 CAROLINE KUROVSKI."***

Tramitação de Processo

PIÊN PREFEITURA

Processo: **3576/2024** Data: **01/07/2024 14:22** Situação: **Encaminhado**

Requerente: **Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer** Documento:

Contato: **Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer - Tel: 4136321457 - cultura@pien.pr.gov.br**

Assunto: **Protocolo Geral**

Descrição: Segue link do Circula MinC - LPG / PNAB do estado do Paraná que será realizado hoje (01/07), a partir das 14h: https://us02web.zoom.us/j/84381125549?pwd=RZrCk1hk8a3CZwmIaB2Td5Qleyfq0l.1

2

Ocorrência: 1 Data: 01/07/2024 14:22:58 Previsão: 06/07/2024

De: Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco Para: ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO

Fase/Etapa: Geral/Abertura Confirmação: OK

Descrição: Abertura do processo

ANEXOS/ASSINATURAS

Anexo	Descrição	Assinatura	Assinado em
Termo de referência e Requerimento	Termo de referência e Requerimento		
VII - Certidão Negativa de Débitos	CND trabalhista		
VI - Certificado de Regularidade CRF FGTS.	FGTS		
V - Certidao Negativa de Débitos Estaduais.	CND Estadual		
Termo de Execução Caroline.pdf	Termo de execução		
Projetos e mídias.pdf	Projetos e Mídias		
IV - Certidão Negativa de Débitos à União.pdf	CND Federal		
III - Certidão Negativa de Falência e	CND Falência		
II - CCMEI-46.802.0720001-53.pdf	MEI		
I - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -	CNPJ		
Formulário de inscrição_ Projeto As Estações	Formulário de inscrição e Projeto		
Declaração de co-residência Caroline.pdf	Declaração de co-residência		
Currículo_Caroline_Kurovski.pdf	Curriculo Caroline		
Comprovante de Residência Caroline.pdf	Comprovante de residência		
CND Carol (1) MUNICIPAL.pdf	CND Municipal		
_RG e CPF Caroline Kurovski.pdf	RG e CPF		
certidao MUNICIPAL.pdf	Certidão Municipal		

Ocorrência: 2 Data: 01/07/2024 15:04:30 Previsão: 26/07/2024

De: Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Fase/Etapa: Geral/Encaminhar Confirmação: não

Descrição: O presente objeto refere-se à premiação de produções Audiovisuais, realizadas por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo.

Autenticidade: 5R4X4S7XJMXMHQTBP - Validação pelo link: http://pienprscp.equiplano.com.br:5355/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/355 - Impresso por Daniele Cieslinsky em 02/07/2024 11:25:43

Órgão requisitante:	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Nº requerimento:	017/2024
Data:	25/06/2024

Descrição do objeto a ser contratado:

O presente objeto refere-se ao incentivo cultural de Produções Audiovisuais realizadas por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Valor
1	**Contemplar a Sra. CAROLINE KUROVSKI, proprietária da empresa CAROLINE KUROVSKI, situado na Rua Bahia, nº 300 – Centro de Piên/PR, CNPJ 46.802.072/0001-53, inscrito no Edital de Chamamento Público 007/2024, inscrito na categoria Audiovisual – Inciso I – Curta, para receber recurso da Lei Complementar 195/2022 Lei Paulo Gustavo.** **Dados bancários:** **Banco Inter - 077** **Ag. 0001** **C/C 22172032-4** **PIX: 46802072000153 - CNPJ**	Curta	R$ 14.789,97

Justificativa:

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Piên/PR.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

Visando a execução do recurso, houve a publicação do Edital de Chamamento Público 007/2024 para os seguintes incisos:

a) Inciso I do art. 6º da LPG: apoio a produção de obras audiovisuais, de curta metragem e/ou documentário;
b) Inciso II do art. 6º da LPG: apoio à Salas de Cinema e realização de ação de Cinema Itinerante/Cinema de Rua;
c) Inciso III do art. 6º da LPG: Apoio à festivais audiovisuais:

O Edital ficou disponível no site da Prefeitura Municipal de Piên para o período das inscrições entre 13/05/2024 á 24/05/2024, obtivemos 11 inscrições onde 8 foram consideradas habilitadas para receber o recurso.

Cada artista habilitado participou da fase de análise dos projetos, período de recurso, entrega de documentação e assinatura do Termo de Execução (em anexo). Todo esse processo foi realizado pela empresa Nós Consultoria, contratada por Inexigibilidade de Licitação 032/2024 a qual avaliou e emitiu parecer técnico dos projetos habilitados e não habilitados durante o período de inscrições até o preenchimento do Termo de Execução e atuará na prestação de contas na Plataforma TransfereGov.

Conforme prevê Lei 14.133/21:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública
Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (X) Não

Dotação Orçamentária:
09.0001.13392.0010.2024.3.3.90.39.00.00 - conta 2691
Recurso: (X) Federal ( ) Estadual ( ) Próprio

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Entregar o projeto Cultural Curta – As estações de Piên - Inverno, conforme descrito no Termo de Execução Cultural, até a data de 20/12/2024 para a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer e disponibilizar o acesso para divulgação nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Piên.

Horários:
Das 08:00 às 17:00hs

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Entregar o projeto Cultural Curta – As estações de Piên - Inverno, conforme descrito no Termo de Execução Cultural, até a data de 20/12/2024 para a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer e disponibilizar o acesso para divulgação nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Piên.

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:
ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897

Alexandra A. C. Laurindo
ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura
Matrícula 4765897

Adriana F. Franco
Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
Secretária de Esporte, Cultura e Lazer

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

TERMO DE REFERÊNCIA
SÚMARIO

5

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Justificativa**
4. **Fonte Orçamentária**
5. **Documentos de Habilitação Técnica**
6. **Local de entrega**
7. **Recebimento e Critério de aceitação**
8. **Acompanhamento e Fiscalização**
9. **Obrigações da contratada**
10. **Obrigações da Contratante**
11. **Legislação Aplicada**
12. **Vigência**
13. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO

1.1. O presente objeto refere-se ao incentivo cultural de Produções Audiovisuais realizadas por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Descrição do objeto a ser contratado:

O presente objeto refere-se ao incentivo cultural de Produções Audiovisuais realizadas por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Valor
1	**Contemplar a Sra. CAROLINE KUROVSKI, proprietária da empresa CAROLINE KUROVSKI, situado na Rua Bahia, nº 300 – Centro de Piên/PR, CNPJ 46.802.072/0001-53, inscrito no Edital de Chamamento Público 007/2024, inscrito na categoria Audiovisual – Inciso I – Curta, para receber recurso da Lei Complementar 195/2022 Lei Paulo Gustavo.** **Dados bancários:** **Banco Inter - 077** **Ag. 0001** **C/C 22172032-4** **PIX: 46802072000153 - CNPJ**	Curta	R$ 14.789,97

3. JUSTIFICATIVA

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19,

que limitou severamente as atividades do setor cultural. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Piên/PR.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

Visando a execução do recurso, houve a publicação do Edital de Chamamento Público 007/2024 para os seguintes incisos:

a) Inciso I do art. 6º da LPG: apoio a produção de obras audiovisuais, de curta metragem e/ou documentário;
b) Inciso II do art. 6º da LPG: apoio à Salas de Cinema e realização de ação de Cinema Itinerante/Cinema de Rua;
c) Inciso III do art. 6º da LPG: Apoio à festivais audiovisuais:

O Edital ficou disponível no site da Prefeitura Municipal de Piên para o período das inscrições entre 13/05/2024 á 24/05/2024, obtivemos 11 inscrições onde 8 foram consideradas habilitadas para receber o recurso.

Cada artista habilitado participou da fase de análise dos projetos, período de recurso, entrega de documentação e assinatura do Termo de Execução (em anexo). Todo esse processo foi realizado pela empresa Nós Consultoria, contratada por Inexigibilidade de Licitação 032/2024 a qual avaliou e emitiu parecer técnico dos projetos habilitados e não habilitados durante o período de inscrições até o preenchimento do Termo de Execução e atuará na prestação de contas na Plataforma TransfereGov.

Conforme prevê Lei 14.133/21:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II – Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública

4. FONTE ORÇAMENTARIA

09.0001.13392.0010.2024.3.3.90.39.00.00 - conta 2691

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. DOCUMENTOS TÉCNICOS DO SERVIÇO/PRODUTO, BEM COMO DOCUMENTOS DOS PROFISSIONAIS QUE A EMPRESA DEVE TER E SEU REGISTRO NO RESPECTIVO CONSELHO (CONSULTAR JUNTO A LICITAÇÃO QUANDO FOR NECESSÁRIO).

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

AS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA SÃO OBRIGATÓRIAS EM TODOS OS PROCESSOS, POR TANTO NÃO DEVEM SER CITADAS NESTE ITEM, POIS SEMPRE ESTÃO PRESENTES NOS EDITAIS E CONTRATAÇÕES.

6. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Entregar o projeto Cultural Curta – As estações de Piên - Inverno, conforme descrito no Termo de Execução Cultural, até a data de 20/12/2024 para a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer e disponibilizar o acesso para divulgação nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Piên.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão recebidos:
- Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital 007/2024 e no Termo de Execução Cultural.
- Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital 007/2024 e da Termo de execução Cultural, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

7.1.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. NOME E MATRÍCULA DO FISCAL CONFORME PORTARIA VIGENTE.
ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/21.

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a entrega dos serviços nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
9.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
9.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
9.1.8. Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.
9.1.8.1 No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.
9.2. executar a ação cultural aprovada;
9.2.3. aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural; manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
9.2.4. facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
9.2.5. prestar informações à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo dia 20 de dezembro de 2024 contados do término da vigência do termo de execução cultural;
9.2.6. atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer ou responsável pela fiscalização a contar do recebimento da notificação;
9.2.7. divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
9.2.8. guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
9.2.9. não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
9.2.10. executar a contrapartida conforme pactuado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A Contratante obriga-se a:

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

10.1.1. Receber os serviços, disponibilizando local, data e horário;
10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
10.2. transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
10.2.1. orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
10.2.2. analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
10.2.3. zelar pelo fiel cumprimento do termo de execução cultural;
10.2.4. adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/21.

13. FONTES DE PESQUISA

Elaborado em 25 de junho de 2024.

Alexandra Ap. C. Laurindo

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura
Matrícula 4765897

Adriana F Franco

Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
SECRETÁRIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO: O presente objeto refere-se ao incentivo cultural de Produções Audiovisuais realizadas por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo.

1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Piên/PR.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

Visando a execução do recurso, houve a publicação do Edital de Chamamento Público 007/2024 para os seguintes incisos:

a) Inciso I do art. 6º da LPG: apoio a produção de obras audiovisuais, de curta metragem e/ou documentário;
b) Inciso II do art. 6º da LPG: apoio à Salas de Cinema e realização de ação de Cinema Itinerante/Cinema de Rua;
c) Inciso III do art. 6º da LPG: Apoio à festivais audiovisuais:

O Edital ficou disponível no site da Prefeitura Municipal de Piên para o período das inscrições entre 13/05/2024 á 24/05/2024, obtivemos 11 inscrições onde 8 foram consideradas habilitadas para receber o recurso.

Cada artista habilitado participou da fase de análise dos projetos, período de recurso, entrega de documentação e assinatura do Termo de Execução (em anexo). Todo esse processo foi realizado pela empresa Nós Consultoria, contratada por Inexigibilidade de Licitação 032/2024 a qual avaliou e emitiu parecer técnico dos projetos habilitados e não habilitados durante o período de inscrições até o preenchimento do Termo de Execução e atuará na prestação de contas na Plataforma TransfereGov.

3– ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

12

Item	Especificação	Unidade	Valor
1	**Contemplar a Sra. CAROLINE KUROVSKI, proprietária da empresa CAROLINE KUROVSKI, situado na Rua Bahia, nº 300 – Centro de Piên/PR, CNPJ 46.802.072/0001-53, inscrito no Edital de Chamamento Público 007/2024, inscrito na categoria Audiovisual – Inciso I – Curta, para receber recurso da Lei Complementar 195/2022 Lei Paulo Gustavo.** **Dados bancários:** **Banco Inter - 077** **Ag. 0001** **C/C 22172032-4** **PIX: 46802072000153 - CNPJ**	Curta	R$ 14.789,97

4- ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de R$ 14.789,97 (Quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos).

5- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda não será parcelada, haja vista que os serviçoes serão realizados em uma única vez.

6– VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando o conteúdo apresentado neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que é necessária a contratação deste objeto.

Piên, 25 de junho de 2024.

Alexandra Ap. C. Laurindo

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura
Matrícula 4765897

Adriana Franco

Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
SECRETÁRIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

MUNICÍPIO DE PIÊN/PR

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024 – APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS ANEXO IV

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

13

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 07/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 007/2024 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER, neste ato representado por Senhor(a) ADRIANA DE FÁTIMA BUENO FRANCO, e o(a) AGENTE CULTURAL, CAROLINE KUROVSKI, portador(a) do RG nº 10759957-6, expedida em SSP PR, CPF nº 078.041.599-00, residente e domiciliado(a) à Av. Brasil , 337– Centro, Piên -PR CEP:83860-000, telefones: (41)996180221, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural AS ESTAÇÕES DE PIÊN - INVERNO, contemplado no conforme processo administrativo nº 007/2024

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 9.000,00 (nove mil reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) CAROLINE KUROVSKI, especialmente aberta no Banco Inter - 077, Agência 0001, Conta Corrente nº 22172032-4, para recebimento e movimentação, pix : 46802072/001-53

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do/da SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 20 DE DEZEMBRO DE 2024 contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará relatório de visita de verificação e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de verificação que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou

III - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

III - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

IV - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e II - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela: I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

17

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 o monitoradamente de controle de resultado se dará mediante a entrega de relatório de execução do objeto, bem como execução de todas as contrapartidas inclusa nos projetos apresentados.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 de junho de 2024 a 20 de dezembro de 2024.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de RIO NEGRO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

19

PÊN, 12 de junho de 2024.

Pelo órgão:

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Adriana Z Franco
ADRIANA DE FÁTIMA BUENO FRANCO

Pelo Agente Cultural:

CAROLINE KUROVSKI

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

MUNICÍPIO DE PIÊN/PR

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024 – APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS ANEXO IV

20

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 07/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 007/2024 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER, neste ato representado por Senhor(a) ADRIANA DE FÁTIMA BUENO FRANCO, e o(a) AGENTE CULTURAL, CAROLINE KUROVSKI, portador(a) do RG nº 10759957-6, expedida em SSP PR, CPF nº 078.041.599-00, residente e domiciliado(a) à Av. Brasil , 337– Centro, Piên -PR CEP:83860-000, telefones: (41)996180221, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural AS ESTAÇÕES DE PIÊN - INVERNO, contemplado no conforme processo administrativo nº 007/2024

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 9.000,00 (nove mil reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) CAROLINE KUROVSKI, especialmente aberta no Banco Inter - 077, Agência 0001, Conta Corrente nº 22172032-4, para recebimento e movimentação, pix : 46802072/001-53

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do/da SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 20 DE DEZEMBRO DE 2024 contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará relatório de visita de verificação e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de verificação que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou

III - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

III - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

IV - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e II - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela: I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 o monitoradamente de controle de resultado se dará mediante a entrega de relatório de execução do objeto, bem como execução de todas as contrapartidas inclusa nos projetos apresentados.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 de junho de 2024 a 20 de dezembro de 2024.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de RIO NEGRO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

PÊN, 12 de junho de 2024.

Pelo órgão:

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

ADRIANA DE FÁTIMA BUENO FRANCO

Pelo Agente Cultural:

CAROLINE KUROVSKI

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.



Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

28

Empresário(a)

Nome Civil
CAROLINE KUROVSKI

CPF
078.041.599-00

CNPJ
46.802.072/0001-53

Data de Abertura
15/06/2022

Nome Empresarial
CAROLINE KUROVSKI 07804159900

Capital Social
10.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
15/06/2022

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
83860-000	RUA BAHIA	300
Bairro	**Munícipio**	**UF**
CENTRO	PIEN	PR

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	15/06/2022	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal
Filmador(a) independente

Atividade Principal (CNAE)
7420-0/04 - Filmagem de festas e eventos

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Clicherista independente	1821-1/00 - Serviços de pré-impressão
Fotógrafo(a) independente	7420-0/01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
Editor(a) de revistas, independente	5813-1/00 - Edição de revistas
Editor(a) de vídeo, independente	5912-0/99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
Editor(a) de livros, independente	5811-5/00 - Edição de livros
Editor(a) de lista de dados e de outras informações, independente	5819-1/00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

30

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
46.802.072/0001-53 **MATRIZ**		**15/06/2022**

NOME EMPRESARIAL
CAROLINE KUROVSKI 07804159900

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
58.19-1-00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
58.11-5-00 - Edição de livros
18.21-1-00 - Serviços de pré-impressão
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
58.13-1-00 - Edição de revistas
74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BAHIA	**300**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.860-000	**CENTRO**	**PIEN**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CAROLINE.ALKI@GMAIL.COM	**(41) 9618-0221**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/06/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/05/2024** às **13:44:30** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

31

Nome: CAROLINE KUROVSKI 07804159900 (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 46.802.072/0001-53
Certidão nº: 33467019/2024
Expedição: 14/05/2024, às 15:30:27
Validade: 10/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CAROLINE KUROVSKI 07804159900 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.802.072/0001-53, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

Voltar Imprimir

32

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.802.072/0001-53
Razão Social: CAROLINE KUROVSKI 07804159900
Endereço: RUA BAHIA 300 / CENTRO / PIEN / PR / 83860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:21/06/2024 a 20/07/2024

Certificação Número: 2024062111426155285823

Informação obtida em 04/07/2024 13:20:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

33

Nº 033508995-38

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **46.802.072/0001-53**
Nome: **CAROLINE KUROVSKI 07804159900**
Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/09/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (14/05/2024 15:24:57)

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CAROLINE KUROVSKI 07804159900
CNPJ: 46.802.072/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:21:46 do dia 14/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/11/2024.
Código de controle da certidão: **3BD6.5CBC.ABD2.3D96**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de RIO NEGRO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

Caroline Kurovski 07804159900
CNPJ: 46.802.072/0001-53
Local da Sede:

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).
São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de RIO NEGRO
Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.
A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.
Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.
A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.
A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

RIO NEGRO, 14 de maio de 2024

LARISSA MAURER
Distribuidor

Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público
Com. de RIO NEGRO
PARANÁ

Código Validador TJPR: CACE.1540.38GCABJI.22 **Valide esta certidão em https://bit.ly/2DQEbE

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

MUNICÍPIO DE PIÊN/PR

36

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024 – APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1 - DADOS DO PROPONENTE

1.1 - Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?

( ) Pessoa Física

(**x**) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA JURÍDICA:

1.1 - Razão Social: Caroline Kurovski 07804159900

1.2 - Nome fantasia: Nublar Filmes & Design Gráfico

1.3 - CNPJ: 46.802.072/0001-53

1.4 - Endereço da sede: Rua Bahia, 300, Centro

1.5 - Cidade: Piên

1.6 - Estado: Paraná

1.7 - Número de representantes legais: Um

1.8 - Nome do representante legal: Caroline Kurovski

1.9 - CPF do representante legal: 078.041.599-00

1.10 - E-mail do representante legal: caroline.alki@gmail.com

1.11 - Telefone do representante legal: 041 99618-0221

1.12 - Gênero do representante legal

(**x**) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero

( ) Não Binária

( ) Não informar

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

1.13 - Raça/cor/etnia do representante legal

(**x**) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Amarela

( ) Indígena

1.14 - Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?

( ) Sim

(**x**) Não

1.15 - Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva

( ) Física

( ) Intelectual

( ) Múltipla

( ) Visual

1.16 - Escolaridade do representante legal

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico completo

( ) Ensino Superior Incompleto

(**x**) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação completo

2 - DADOS DO PROJETO

2.1 - Nome do Projeto: As Estações de Piên: Inverno.

2.2 - Escolha a categoria a que vai concorrer (apenas 1 opção)**:**

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

(**x**) Audiovisual - Art. 6º - Inciso I - LPG - Apoio a produção de curta-metragem/ documentário;

38

( ) Audiovisual - Art. 6º - Inciso I - LPG - Apoio a produção de Podcasts;

( ) Audiovisual - Art. 6º - Inciso I - LPG - Apoio a produção de videoclipes/clipes musicais;

( ) Audiovisual - Art. 6º - Inciso II - LPG - apoio à Salas de Cinema;

( ) Audiovisual - Art. 6º - Inciso III - Apoio à realização de festival audiovisual;

2.3 - Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.

( ) Campanha de comunicação
( ) Capacitação
( ) Catálogo
( ) Cine-clube
( ) Concerto
( ) Cortejo
( ) Curso livre
( ) Curso regular
( ) Desfile
(**1**) Documentário
( ) Ebook
( ) Encontro
( ) Espetáculo
( ) Evento cultural
( ) Exibição
( ) Exposição
( ) Feira
( ) Festival
( ) Filme
( ) Fomento
( ) Fotografia
( ) Intercâmbio
( ) Jogo
( ) Live
( ) Livro
( ) Mostra
( ) Música
( ) Espetáculo Musical
( ) Obra
( ) Oficina
( ) Palestra
( ) Performance
( ) Pesquisa
( ) Podcast
( ) Premiação
(**1**) Produção audiovisual
( ) Produção de arte digital
( ) Produção de publicações
( ) Produção musical
( ) Produção radiofônica
( ) Produtos artesanais
( ) Programa de rádio
( ) Projeto
( ) Publicação
( ) Reforma
( ) Relatório de pesquisa
( ) Residência
( ) Restauro
( ) Roda de samba
(**1**) Roteiro cinematográfico
( ) Seminário
( ) Site

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

( ) Single
( ) Texto teatral
( ) Tombamento, Registro
( ) Vídeo
( ) Visita espontânea
( ) Visita mediada programada
( ) Visita programada
( ) Vivência

2.4 - Quais são as principais áreas de atuação do projeto?

(Marque entre 1 e 3 principais áreas da cultura que seu projeto alcança:)

( ) Arte de rua
( ) Arte digital
( ) Arte e Cultura Digital
( ) Artes visuais
( ) Artesanato
(**x**) Audiovisual
( ) Cenografia
(**x**) Cinema
( ) Circo
( ) Comunicação
( ) Cultura Afro-brasileira
( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura Cigana
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Cultura Estrangeira (imigrantes)
( ) Cultura Indígena
( ) Cultura LGBTQIAP+
( ) Cultura Negra
( ) Cultura Popular
( ) Cultura Quilombola
(**x**) Cultura Tradicional
( ) Dança
( ) Design
( ) Direito Autoral
( ) Economia Criativa
( ) Figurino
( ) Filosofia
( ) Fotografia
( ) Gastronomia
( ) Gestão Cultural
( ) História
( ) Humor e Comédia
( ) Jogos Eletrônicos
( ) Jornalismo
( ) Leitura
( ) Literatura
( ) Livro
( ) Meio ambiente
( ) Memória
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Imaterial
( ) Patrimônio Material
( ) Performance
( ) Pesquisa
( ) Povos Tradicionais de Matriz Africana
( ) Produção Cultural
( ) Rádio
( ) Sonorização e iluminação
( ) Teatro
( ) Televisão

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

2.5 - Descrição do projeto:

O projeto intitulado "As Estações de Piên: Inverno", tem por objetivo ser o episódio piloto de uma série de documentários que apresentarão um ano de vida na cidade de Piên, tendo seus conteúdos divididos através das estações do ano: outono, inverno, primavera e verão.

A série de quatro capítulos (estações) terá como capítulo I a estação de inverno que se aproxima. A série como um todo irá apresentar belezas naturais, pontos turísticos e eventos que dão vida e formam a cidade de Piên como a conhecemos. Por sua vez, o episódio piloto englobará aquilo que a cidade tem a oferecer durante a estação mais fria do ano, a exemplo: promoções de inverno das capelas com comidas típicas como a sopa de bucho de boi; o trabalho dos catadores de pinhão (semente típica da estação e da região); eventos como a tradicional Feira da Lua, tratoraços, rodeios e cavalgadas; e celebrações cristãs como as festas dos Padroeiros das Comunidades (ex. Capela São Pedro na comunidade Campina dos Crespins e Capela Nossa Senhora do Carmo na comunidade Cachoeirinha).

A temporada oficial de inverno em 2024 se estende de 20 de junho a 22 de setembro, e por isso as gravações acontecerão neste período. Contudo, as mesmas também poderão ser antecipadas ou estendidas para além das datas oficiais, se considerar-se relevante a mostra de algum evento típico do inverno, mas que ocorra em outros meses. Já que por muitas vezes as estações se confundem entre si, com o frio extremo já se apresentando ainda no outono ou surgindo também durante a primavera.

Em "As Estações de Piên: Inverno", pretende-se trabalhar com imagens e sons originais para compor a produção, transportando o telespectador à vida da cidade. O objetivo aqui é utilizar-se dos sentidos para incluir quem assiste, fazendo-o ver, ouvir ou conhecer através do texto descritivo, e sentir a vida que pulsa em nossa cidade, experimentando a cultura do pienense.

Por isto, o projeto se baseia no documentário de modo observacional, formato muito utilizado pelo cinema de Frederick Wiseman. Descrevido por Bill Nichols, o modo observacional coloca o cineasta e o espectador apenas numa posição de observação da ação, onde o cineasta busca ser o menos intrusivo possível, tornando-se invisível e deixando que a ação aconteça.

O modo observacional se vale da edição para criar as sensações de vida e tempo real. Documentários expositivos podem tratar de soluções para problemas ou reconstruções históricas. Já o documentário observacional irá tratar de assuntos, experiências e fenômenos contemporâneos. A ausência de comentários ou narração, além de imagens que são usadas não apenas como fins ilustrativos e generalizantes, permitem que a ação se volte para os indivíduos e formações sociais específicas como, neste caso, uma comunidade e sua cultura.

Nichols também fala sobre a possibilidade ao cineasta, de capturar momentos representativos do tempo vivido, instaurando o ritmo da vida diária. E por isso, ao termos contato com o documentário observacional, temos a sensação de um acesso livre e não mediado à realidade. Nos encontramos numa posição de espectador ideal, vendo o mundo se desenrolar em nossa frente.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

Elizabeth Cowie nos dá uma explicação semelhante: 41

> No documentário uma peça-chave para tal identificação tem sido a câmera "excursionista", que dá ao espectador a sensação de ser um observador, de "ver por si mesmo", e daí o termo documentário direto ou observacional. (COWIE, 1999, p. 29).

A ideia surgiu com o propósito de mostrar Piên de forma a alcançar diferentes públicos, mas chamando a atenção, principalmente, do público jovem. Tratamos aqui por público jovem, telespectadores com faixa etária de 15 a 35 anos. Mas por que uma atenção a alcançar essa faixa em específico? Por duas questões:
A primeira é simplesmente a identificação e a aceitação da juventude pienense com ela mesma. Identifico a muito tempo a necessidade de compartilhar como nossas características pienenses são únicas e importantes, que não é preciso fugir da cidade para se tornar alguém (como vivenciei muitos da minha geração fazerem), mas que somos alguém por sermos pienenses e é sendo pienenses que podemos nos encontrar como seres humanos.
E a segunda questão é que é esta faixa etária que poderá levar este projeto e muitos outros ao mundo, inicialmente por compartilhamento online, e no devido tempo, através dos próprios feitos. É para alcançar esse ideal que o documentário tem como proposta um formato de edição mais dinâmica, com mudança de clima a cada evento contado, fisgando um dos públicos mais interessados.

A identificação e a mostra da sua cultura é algo buscado e ansiado pela juventude. Culturas do mundo inteiro podem ser vistas e vivenciadas através de conteúdos audiovisuais na internet. E em meio a tudo isso, por que também não, a nossa cidade? Vamos mostrar Piên ao mundo! Mas não de qualquer forma, não através de programas televisivos e seus roteiros engessados, mas sim compartilhar a nossa cultura por nós mesmos, uma contação de história dos pienenses para o mundo!

O projeto tem como base, alguns trabalhos que realizei, tanto em Portugal (no período em que estive viajando) como em Piên, após o meu retorno. Eles se caracterizam pela atenção à ambientação e mostra de pequenos detalhes dos lugares por que passei e experiências que vivenciei:

Canal YouTube "Be There" - (104) Be there - YouTube
Be there | Braga – Portugal - (104) Be there | Braga - Portugal - YouTube
Be there Teaser - (104) Be there Teaser - YouTube
Be there Teaser | Behind the Scenes - (104) Be there Teaser | Behind the Scenes - YouTube

Site Nublar Filmes - PROJETOS | Nublar Filmes
Pré-Wedding no campo dos noivos Maria Carolina e José. - PROJETOS | Nublar Filmes.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

2.6 - Objetivos do projeto:

O primeiro objetivo do projeto é produzir algo vivo que empolgue a todos, que chame aqueles que não conhecem a cidade e que orgulhe aqueles que vivem aqui.

O documentário ainda atuará como um "vídeo institucional", se utilizando de um formato moderno e jovem para mostrar Piên ao mundo.

O filme terá o conteúdo necessário para ser utilizado como uma chamada ao turismo na cidade.

E por fim, outro objetivo do projeto é servir como material de estudo para os estudantes da rede municipal e estadual de ensino, preservando assim a memória do município.

2.7 - Metas:

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

- Apresentação de quatro a seis atividades/eventos que retratem a cultura pienense e nossas riquezas naturais e históricas.

- Número de oito a doze participantes beneficiados (dois por atividade/evento), que farão parte do documentário ao apresentar a sua contribuição para construir o que temos hoje como cultura.

- Mostra das realidades de quatro a seis comunidades (bairros) dentre os 18 que compõem o município, demonstrando a pluralidade da cidade.

- *Upload* de um *teaser* e do documentário completo em mídias digitais, dando abertura para compartilhamento livre e o maior número de alcance digital possível.

2.8. Perfil do público a ser atingido pelo projeto:

Em primeiro lugar, o projeto beneficiará os participantes entrevistados (jovens, crianças e idosos de diferentes bairros), que terão a oportunidade de mostrar um pedacinho de como contribuem para a cultura de Piên e, principalmente, serão reconhecidos por isso.

Em exibição, o documentário estará disponível para todos os moradores de Piên, sem restrição de faixa etária, escolaridade ou renda. Isto possibilitará a identificação com a nossa cultura, englobando, além dos pienenses que já têm um carinho enorme pela sua cidade, a juventude que está em busca de uma identidade genuína e os moradores que vieram de longe e de culturas diferenciadas.

Em terceiro lugar, o projeto ainda conversará com o público de fora, moradores de outras cidades e estados (jovens famílias principalmente), convidando-o a estar conosco e vivenciar a rica cultura de Piên!

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

2.9 - Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

( ) Pessoas vítimas de violência

( ) Pessoas em situação de pobreza

( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)

( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)

( ) Pessoas com deficiência

( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico

( ) Mulheres

( ) Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais

( ) Povos e comunidades tradicionais

( ) Negros e/ou negras

( ) Ciganos

( ) Indígenas

(**x**) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos

( ) Outros

2.10 - Medidas de acessibilidade empregadas no projeto.

2.10.1 - Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

( ) piso tátil;

( ) rampas;

( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;

( ) corrimãos e guarda-corpos;

( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

( ) assentos para pessoas obesas;

( ) iluminação adequada;

(**x**) Outra: Exibição do filme em prédios públicos que sigam o padrão de acessibilidade, como rampas, banheiros adaptados e estacionamento para PCD´s.

2.10.2 - Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;

( ) o sistema Braille;

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;

( ) a audiodescrição;

(**x**) as legendas;

(**x**) a linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela; e

( ) Outra _____

2.10.3 - Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

(**x**) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e

( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

2.10.4 - Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Durante o processo de produção: o contato com pessoas da cidade, indiferente de escolaridade, raça, orientação sexual, deficiência física ou intelectual, incluindo a todos que estiverem ao alcance para contribuírem com o conteúdo do documentário.

Durante a produção e para a visualização posterior: utilização de linguagem simples e acessível, mantendo as falas dos entrevistados as mais informais e cotidianas possíveis, e incluindo descrições simples e de fácil entendimento.

Para a visualização do documentário: inclusão de Legenda Descritiva, indicando em texto as informações sonoras do vídeo, desde entrevistas a sons ambientes, efeitos sonoros e músicas.

Para a exibição do filme: realização das exibições em prédios públicos que sigam o padrão de acessibilidade, como a Casa da Cultura e Câmara de Vereadores.

2.11 - Local onde o projeto será executado.

As gravações acontecerão tanto em áreas públicas, onde eventos anuais acontecem, quanto em propriedades particulares dos participantes. Serão gravadas imagens em diferentes bairros, em zona urbanas e/ou rurais, com o objetivo de mostrar a pluralidade do município.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

2.12 - Previsão do período de execução do projeto.

As datas oficiais, após a contemplação do edital, seguem abaixo:

Data de início: 11 de junho de 2024.

Data final: 20 de dezembro de 2024.

2.13 - Equipe:

NOME DO PROFISSIONAL	FUNÇÃO	CPF/CNPJ	PESSOA NEGRA?	PESSOA INDÍGENA?	PCD?
Caroline Kurovski	Produção; Roteiro; Direção; Captação de imagens; Edição.	CPF: 078.041.599-00 CNPJ: 46.802.072/0001-53	Não	Não	Não

2.14 - Cronograma de Execução.

ATIVIDADE	ETAPA	DESCRIÇÃO	INÍCIO	FIM
1. Pré-Produção	1.1 Pesquisa e escrita do roteiro	Pesquisa e roteirização de quatro a seis atividades/eventos realizados em Piên durante a estação de inverno.	11|06|2024	14|06|2024
1. Pré-Produção	1.2 Planejamento e agendamento	Contatos com os participantes responsáveis pelas atividades/eventos de interesse do projeto; convite para participação do mesmo e confirmação de datas. Plano semestral para captação de imagens e replanejamento	15|06|2024	19|06|2024

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

		das fontes, se necessário.		
2. Produção / Execução	2.1 Captação de imagens	Acompanhamento das atividades/eventos agendados e captação do material audiovisual (imagens, sons ambientes e entrevistas).	20|06|2024	22|09|2024
3. Pós-Produção	3.1 Edição	Transferência do material bruto, seleção das imagens, primeiro corte, montagem, edição de som, colorização e legendagem de todo o material.	01|09|2024	01|12|2024
4. Divulgação	4.1 Divulgação	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa e mídias sociais.	02|12|2024	11|12|2024
5. Exibição	5.1 Exibição	Período de exibição do filme na Câmara de Vereadores e outros espaços públicos disponíveis. As sessões terão classificação livre, serão gratuitas e destinadas ao público em geral.	11|12|2024	20|12|2024
5. Exibição	5.2 Disponibilização online	Upload para exibição do documentário completo nas plataformas	20|12|2024	Esta etapa não possui uma data de finalização pois o arquivo

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

		YouTube e Vimeo, tanto da Videomaker Caroline Kurovski, quanto nas plataformas da Prefeitura de Piên.		do filme será exposto nas plataformas digitais sugeridas, por tempo indeterminado.

OBS. Para a estreia (primeira exibição) serão especialmente convidados os participantes do documentário, seus familiares e autoridades do município.

2.15 - Estratégia de divulgação:

- Divulgação do projeto nos veículos de imprensa: jornal O Regional e Rádio Caiçara em Piên; e outros jornais, rádios e portais da região. Compartilhamento de *teasers* no Instagram da Videomaker Caroline Kurovski e nas mídias da Prefeitura de Piên. Essa divulgação poderá ser realizada durante o processo de produção, compartilhando os making-of do processo, e pós entrega do projeto, divulgando as exibições presenciais.

- Sessões do filme na Câmara de Vereadores e espaços públicos da cidade. Todas as sessões serão de classificação livre, gratuitas e destinadas ao público em geral.

- Exibição do documentário completo nas plataformas YouTube e Vimeo da Videomaker Caroline Kurovski e nas plataformas da Prefeitura de Piên.

- Inscrição do documentário em Mostras e Concursos Culturais, levando a cultura de Piên mais longe.

2.16 - Contrapartida:

- Sessões gratuitas e sem restrições para que todos os cidadãos tenham a oportunidade de conhecer mais a fundo o lugar a que pertencem;

- Dar reconhecimento às pessoas que contribuem para fomentar a nossa cultura;

- Proporcionar identificação da juventude pienense com a cultura do lugar onde vivem e consequente vontade de permanecer e crescer em sua cidade natal;

- Fortificação da ligação de orgulho e pertencimento do público mais maduro para com a cidade, fazendo com que seu empenho de anos seja reconhecido e que possam seguir firme nas diversas áreas que mantém a cidade em crescimento;

- Criação de uma ligação e possível identificação dos moradores que vieram de longe e de culturas diferentes, para que se sintam acolhidos na cidade;

- Atuação para maior reconhecimento de Piên, apresentando a nossa cultura ao mundo através do compartilhamento dela na internet e em eventos como mostras culturais regionais, nacionais e até mesmo internacionais;

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

- O projeto ainda atuará como chamada ao público de outras regiões, fazendo um convite acolhedor para o aumento do turismo e experimentação da cultura de Piên, beneficiando os comerciantes da cidade.

48

2.17 - Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(**x**) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros

( ) Apoio financeiro municipal

( ) Apoio financeiro estadual

( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal

( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual

( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal

( ) Patrocínio privado direto

( ) Patrocínio de instituição internacional

( ) Doações de Pessoas Físicas

( ) Doações de Empresas

( ) Cobrança de ingressos

( ) Outros

O projeto não tem a intenção de realizar cobrança de ingressos ou solicitação de patrocínio dos participantes, sendo algo totalmente não comercial. Por isso não possuirá recursos financeiros de outras fontes.

2.18 - O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

O projeto não prevê a venda de produtos ou cobrança de ingressos.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTD.	CUSTO UNIT. (R$)	SUBTOTAL (R$)
1. Pré-produção				
1.1 Pesquisa e escrita do roteiro.	Pesquisa e roteirização das atividades/eventos que acontecem em Piên durante a estação de inverno.	**1**	R$ 858,17	R$ 858,17
2. Produção / Execução				
2.1 Produção	Contatos com os entrevistados e plano semestral para captação de todas as atividades/eventos a serem registrados.	**1**	R$ 1.259,01	R$ 1.259,01
2.2 Captação de imagens	Captação do material audiovisual (imagens, sons ambientes e entrevistas) dos eventos presentes no plano inicial.	**1**	R$ 2.622,93	R$ 2.622,93
2.3 Deslocamento	Deslocamento com veículo automotor até os locais de gravação.	**6**	R$ 300,00	R$ 300,00
3. Pós-produção				
3.1 Edição	Montagem do filme, considerando horas de trabalho, desgaste do equipamento e energia elétrica.	**1**	R$ 1.469,89	R$ 1.469,89

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

3.2 Acessibilidade	Legenda descritiva.	**1**	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
4. Divulgação				
4.1 Impulsionamento em plataformas digitais	Impulsionamento em plataformas digitais	**2**	R$ 200,00	R$ 400,00
4.2 Campanha de AdWords	Campanha em plataformas como Google Ads e YouTube Ads	**2**	R$ 245,00	R$ 490,00
4.3 Publicidade em veículos de imprensa	Publicidade em veículos de imprensa	**5**	R$ 120,00	R$ 600,00
			Total:	R$ 9.000,00

Referência de preços:
Sindcine, Sindicato da Indústria Cinematográfica e de Audiovisual.
Tabela de Valores para prestações de serviços para vídeos, programas para tv e conteúdo audiovisual para internet, 2023/2024.

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:

(x) RG e CPF do proponente;

(x) Comprovante de residência do proponente;

(x) Currículo do proponente;

( ) Mini currículo dos integrantes do projeto.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Nichols, Bill. Fred Wiseman's Documentaries: Theory and Structure. In: Film Quartely. Vol. 31, Nº 3. Los Angeles: University of California Press, 1978, pp. 15-28.

_____. Introduction to Documentary. Bloomingtob: Indiana University press, 2001.

_____. Representing Realty: Issues and Concepts in Documentary. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

Cowie, Elizabeth. The spectacle of actuality. In: Renov, Michael; Gaines, Jane M (ed). Collecting Visible Evidence. University of Minnesota press, 1999, p.29.

6. REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

Devinsupertramp. Aruba: 19 Miles of Happiness - 4K | DEVINSUPERTRAMP. YouTube: 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3dldN-sqIZM&ab_channel=devinsupertramp>

Devinsupertramp. HEART OF HAWAII in 8K | DJI Inspire 3. YouTube: 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8hiwpYgUtfo&ab_channel =devinsupertramp>

Devinsupertramp. World of Polynesia - In 4K! | DEVINSUPERTRAMP. YouTube: 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rZ2bh-4Hx9c&ab_channel=devinsuper tramp>

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

PIÊN
PREFEITURA
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Rua Amazonas, 25
Centro, Piên - P
83.860-00
(41) 3632-145

52

ANEXO XIV

CATEGORIAS DE APOIO - DEMAIS ÁREAS ARTÍSTICO CULTURAIS E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

DECLARAÇÃO DE CO-RESIDÊNCIA

Eu, João Paulo da Silva,

portador(a) do RG nº 137257831, declaro, para os devidos fins, junto à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer de Piên, que Carolini Karowski (nome do proponente) é domiciliado no endereço de minha residência, abaixo descrito e com comprovante de residência anexado.

Declaro ainda, para todos os fins de direito perante às leis vigentes, que a informação aqui prestada é de minha inteira responsabilidade.

Endereço completo da residência (nome da rua, nº, bairro e CEP):

Avenida Brasil, 337, Centro. 83860-000, Piên-PR

João Paulo da Silva

Assinatura do responsável

pelo comprovante de residência

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

CAROLINE KUROVSKI

Relações públicas & Publicitária

caroline.alki@gmail.com
https://www.instagram.com/carols_there/
facebook.com/caroline.kurovski
https://www.behance.net/carolineal1270
41 99618 0221

FORMAÇÃO

Comunicação Social | Relações Públicas
Universidade Federal do Paraná
Graduação | Dezembro 2015
TCC | https://goo.gl/ujrS5i

Comunicação Social | Publicidade e Propaganda
Universidade Federal do Paraná
Graduação | Julho 2018
TCC | https://goo.gl/4SLzCZ

HABILIDADES

Inglês Intermediário

Adobe Indesign | Illustrator
Photoshop | Premiere

Edição de imagens e vídeos

Diagramação | Design Gráfico

Produção de conteúdo especializado

INTERESSES PROFISSIONAIS

Produção e edição de vídeos

Design gráfico | Diagramação

Redação e criação publicitárias

Comunicação social | Marketing

Relações públicas | Planejamento estratégico

VOLUNTARIADO

TLC | Treinamento de Liderança Cristã
Fotografia | Produção de vídeos | Mídias sociais | Organização e divulgação de eventos.
Setembro 2014 - Atual.
https://www.instagram.com/tlcpien/

EXPERIÊNCIA

Produtora de vídeos Nublar Filmes
Fundadora e diretora
https://www.nublarfilmes.com/projetos
https://www.instagram.com/nublar_filmes/
https://www.facebook.com/NublarFilmes
Agosto 2021 - atual.

Canal do YouTube, "Be there"
Produção de conteúdo | Agosto 2018 - atual.
https://goo.gl/1EB14k

Canal do YouTube "Melhores Destinos"
Legenda descritiva | Setembro 2021 - atual.
https://encr.pw/9NCqY

Bluefox Language School
Publicitária e Analista de marketing.
Marketing de conteúdo | Mídias sociais | Criação de conteúdo publicitário | Organização de eventos.
https://www.instagram.com/bluefox_language_school/
https://www.facebook.com/BluefoxLanguageSchool
Setembro 2019 - atual.

E-commerce Loja Playset
Sócia
http://www.playset.com.br/
Julho 2015 - junho 2022.

Instituto de Educação Tecnológica De Luca Daher
Analista de marketing.
Marketing de conteúdo | Mídias sociais | Produção de conteúdo para site e blog.
http://www.idd.com.br/blog/idd-news
Junho 2016 - agosto 2017.

Projeto Foco - Laboratório audiovisual
Curta metragem "Vera" | Montagem.
Março - maio 2016.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

MAIS VOLUNTARIADO

Endeleza International
Marketing | Design gráfico | Eventos.
Setembro 2017 - fevereiro 2018.

Olá - ONG Lar Assistido
Marketing | Design gráfico
Janeiro - dezembro 2016.

ONG ASID Brasil
Ação Social para Igualdade das Diferenças
Analista de marketing | Marketing social.
Setembro - novembro 2015.
http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/educacao-e-midia/escola-regular-ou-de-educacao-especial-qual-a-mais-indicada/

INTERESSES



MAIS EXPERIÊNCIA

Banco do Brasil
Comunicação interna | Produção de materiais de divulgação para campanhas e eventos.
Abril 2014 - setembro 2015.

Projeto de Pesquisa | Responsabilidade Social, Comunicação e Experiências Educomunicativas: Levantamento teórico-metodológico em organizações privadas no Paraná.
Janeiro 2013 - julho 2014.

Agência Experimental de Relações Públicas da UFPR
Mídias sociais | Organização de eventos.
Maio 2012 - abril 2013.



SOBRE | 30 anos

ENDEREÇO
Avenida Brasil, 337, Centro
Piên - PR
CEP: 83860-000.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletronica de Energia Eletrica

COPEL
Nossa Energia

COPEL DISTRIBUICAO S.A
RUA JOSE IZIDORO BIAZETTO, 158
CEP 81200240 - CURITIBA/PR
CNPJ 04368898000106 - I.E. 9023307399

0800 51 00 116 www.copel.com

Responsavel pela Iluminacao Publica: Municipio 4136321136

Classificacao:	Tipo de Fornecimento:
COMERC/ENSINO DE IDIOMAS	MONOFASICO / 40A

JOAO PAULO DOS SANTOS 07858673920

AV BRASIL, 337

CEP: 83860000
Cidade: PIEN - PR
CPJ: 34979458000156

PAGUE COM PIX

UNIDADE CONSUMIDORA
6588514

CÓDIGO DO CLIENTE
88589947

AS [1 6 23 10]

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
02/2024	04/03/2024	R$ 152,84

NOTA FISCAL No 85084749 - SERIE 3 / DATA EMISSAO: 10/02/2024

Consulte Chave de Acesso em
https://nf3e.fazenda.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl
Chave de acesso
41240204368898000106660030850847492098429781
Protocolo de Autorizacao: - as 03:00
EMITIDA EM CONTINGENCIA - Pendente de Autorizacao

DATAS DE LEITURAS	Leitura Anterior	Leitura Atual	N. Dias	Proxima Leitura
	12/01/2024	10/02/2024	29	13/03/2024

Itens da Fatura	Unidade	Quantidade	Preco unit (R$) com tributos	Valor (R$)	PIS / COFINS	ICMS	Tarifa unit (R$)
(01) CONSUMO	kWh	178	0,387865	69,04	2,83	12,43	0,302140
(02) USO SISTEMA	kWh	179	0,421460	75,02	3,08	13,50	0,328370
(03) CONT ILUMIN				8,78			
TOTAL				152,84			

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

56

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.1152/2024

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 1152/2024

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: CAROLINE KUROVSKI 07804159900

PROTOCOLO nº	CNPJ nº	Inscrição Municipal nº
	46.802.072/0001-53	25488

ENDEREÇO

RUA BAHIA, 300 - CENTRO CEP: 83860000 Piên - PR

CNAE / ATIVIDADES

Filmagem de festas e eventos, Serviços de pré-impressão, Edição de livros, Edição de revistas, Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos, Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente, Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina

Documento emitido em: Piên, 10 de Junho de 2024 por << Equiplano Público Web >>.

Certidão válida até 10/07/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

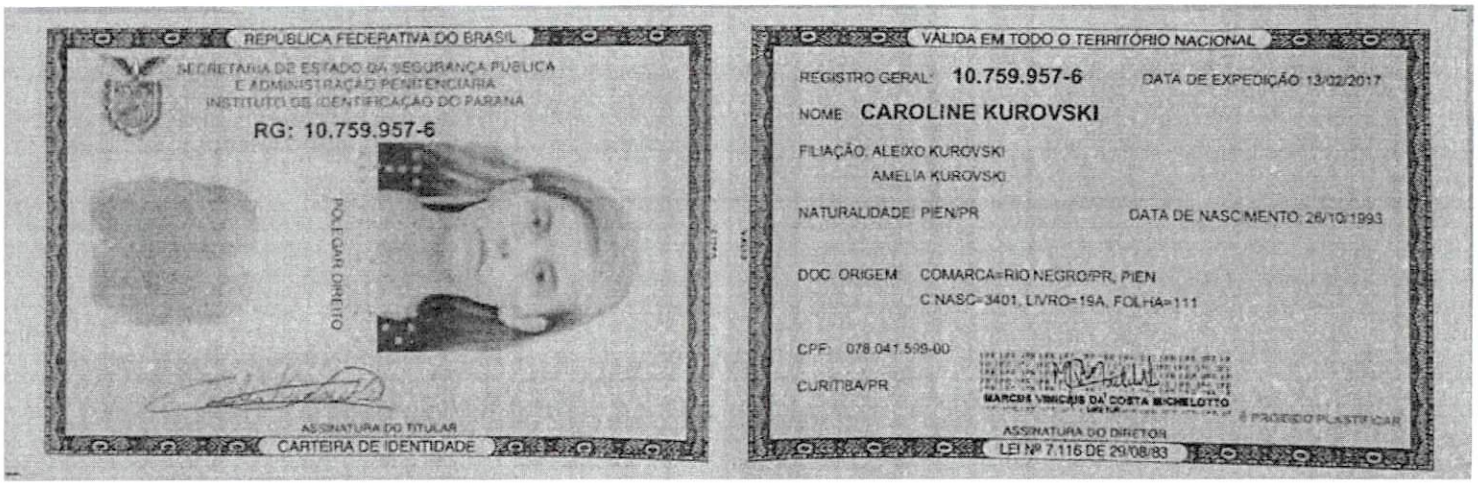
Chave para validação: **4HHJ5UFFH4J2XM8ET9P**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada através do endereço eletrônico:
https://pienpr.equiplano.com.br:7355/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

A presente certidão foi emitida pelo site https://www.pien.pr.gov.br/, através do sistema informatizado da PMP, nos termos do CTM.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 10.759.957-6

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 10.759.957-6 DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/02/2017

NOME: CAROLINE KUROVSKI

FILIAÇÃO: ALEIXO KUROVSKI
AMELIA KUROVSKI

NATURALIDADE: PIEN/PR DATA DE NASCIMENTO: 26/10/1993

DOC. ORIGEM: COMARCA=RIO NEGRO/PR, PIEN
C.NASC=3401, LIVRO=19A, FOLHA=111

CPF: 078.041.599-00

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

59

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.1152/2024

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 1152/2024

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: CAROLINE KUROVSKI 07804159900

PROTOCOLO nº	CNPJ nº	Inscrição Municipal nº
	46.802.072/0001-53	25488

ENDEREÇO

RUA BAHIA, 300 - CENTRO CEP: 83860000 Piên - PR

CNAE / ATIVIDADES

Filmagem de festas e eventos, Serviços de pré-impressão, Edição de livros, Edição de revistas, Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos, Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente, Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina

Documento emitido em: Piên, 10 de Junho de 2024 por << Equiplano Público Web >>.

Certidão válida até 10/07/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Chave para validação: **4HHJ5UFFH4J2XM8ET9P**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada através do endereço eletrônico:
https://pienpr.equiplano.com.br:7355/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 01/07/2024 14:22:58.

PROTOCOLO Nº 3576/2024
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

60

1) OBJETIVO: O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de Audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo. **Caroline Kurovski**

2) MODALIDADE: Inexigibilidade.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$14.789,97 (quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

09.0001.13392.0010.2024.3.3.90.39.00.00 Conta 2691

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

Saldo Atualizado em _____/_____/_____ às_____:_____ hrs R$ _____
(X) Há disponibilidade. OBS: NO AGUARDO DA AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA QUANTO
( ) Não há disponibilidade. AO ELEMENTO DE DESPESA
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
04 / 07 / 24

7) RECURSOS FINANCEIROS:
(X) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023
04 / 07 / 2024

Rua Amazonas, 256
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1457

MEMORANDO N° 036/2024

Para: **Secretaria de Administração e finanças**
De: **Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer**
Assunto: **Dotação orçamentária Lei Paulo Gustavo**
Data: **04/07/2024.**

Prezados Senhores,

A Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, representado pelo abaixo-assinado, vem através do presente, informar sobre os pagamentos do Fomento Cultural oriundo da LC195/2022 – Lei Paulo Gustavo.

Segundo a LC 195/2022 - Lei Paulo Gustavo, os municípios possuem autonomia no momento de realização dos pagamentos do fomento, que deve ser repassado diretamente aos artistas sem a necessidade de licitações ou operações desse tipo.

Segundo o Decreto 11453/2023 - que versa sobre o Fomento Cultural, temos:

Seção III

Da modalidade de fomento à execução de ações culturais e da modalidade de apoio a espaços culturais

Art. 22. A modalidade de fomento à execução de ações culturais e a modalidade de apoio a espaços culturais poderão ser implementadas por meio da celebração dos seguintes instrumentos:

I - acordo de cooperação, termo de fomento ou termo de colaboração, conforme os procedimentos previstos na Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, e no Decreto no 8.726, de 27 de abril de 2016;

II - termo de compromisso cultural, conforme os procedimentos previstos na Lei no 13.018, de 2014, e em ato do Ministro de Estado da Cultura, nas hipóteses em que o fomento enquadrar-se no escopo da Política Nacional de Cultura Viva, conforme regulamento específico;

Rua Amazonas, 256
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1457

III - termo de execução cultural, conforme os procedimentos previstos neste Decreto, para a execução de recursos de que trata a Lei no 14.399, de 2022, e a Lei Complementar no 195, de 2022; ou

IV - outro instrumento previsto na legislação de fomento cultural do Estado, do Distrito Federal ou do Município, na hipótese de o gestor público do ente federativo optar por não utilizar os procedimentos a que se referem os incisos I a III. § 1o A escolha do instrumento a ser utilizado deverá ser indicada pelo gestor público no processo administrativo em que for planejada a sua celebração, conforme os objetivos pretendidos, observados os princípios constitucionais da eficiência e da duração razoável do processo.

§ 2o A administração pública poderá optar pela utilização dos instrumentos previstos na Lei no 14.133, de 2021, nos casos em que necessitar adquirir bens ou contratar serviços, vedada a aplicação do disposto no art. 184 da referida Lei às hipóteses previstas no caput.

§ 3o A vedação estabelecida no § 2o deste artigo não se aplica às hipóteses previstas nos incisos II e III do caput do art. 18.

§ 4o Nas hipóteses de celebração dos instrumentos a que se referem os incisos I a III do caput, não será exigível a complementação de que trata o § 2o do art. 6o da Lei no 8.313, de 1991, tendo em vista que a destinação dos recursos está especificada na origem.

§ 5o Nas hipóteses de celebração dos instrumentos a que se referem os incisos I, II ou IV do caput, a aplicação das regras sobre chamamento público previstas na Seção II deste Capítulo será subsidiária em relação aos procedimentos previstos na legislação específica.

E ainda, cabe destacar as seguintes normas sobre o Termo de Execução/Fomento Cultural - estabelecido nos casos em que o proponente executar uma ação determinada (editais de proposição de projetos com contrapartidas):

Rua Amazonas, 256
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1457

Subseção I

Do termo de execução cultural

Art. 23. O termo de execução cultural visa estabelecer as obrigações da administração pública e do agente cultural para o alcance do interesse mútuo de promover a realização de ações culturais ou apoiar espaços culturais, na implementação das modalidades a que se referem os incisos I e II do caput do art. 8o.

Art. 25. Os recursos do termo de execução cultural serão depositados pela administração pública em conta bancária específica, em desembolso único ou em parcelas, e os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

E ainda, o próprio Decreto 11453/2023, ampara a respeito da modalidade de pagamento sobre premiações culturais:

Seção V

Da modalidade de concessão de premiação cultural

Art. 41. A modalidade de concessão de premiação cultural visa reconhecer relevante contribuição de agentes culturais ou iniciativas culturais para a realidade municipal, estadual, distrital ou nacional da cultura, com natureza jurídica de doação sem encargo, sem estabelecimento de obrigações futuras.

§ 1o A inscrição de candidato em chamamento público de premiação cultural poderá ser realizada pelo próprio interessado ou por terceiro que o indicar.

§ 2o O edital de chamamento público conterá seção informativa sobre incidência tributária, conforme legislação aplicável no ente federativo.

Art. 42. O agente cultural premiado firmará recibo do pagamento direto realizado pela administração pública. Parágrafo único. As regras relativas à execução de recursos e à prestação de contas não se aplicam à modalidade de concessão de premiação cultural, dada a natureza jurídica de doação sem encargo.

Rua Amazonas, 256
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1457

Portanto, percebemos que a forma de execução e pagamento dos recursos oriundos da LC 195/2022 se dá de duas formas muito simples: ambas pela via do repasse direto - a primeira mediante assinatura do termo de execução cultural (Para fins de prestação de informações, o proponente irá apresentar, de acordo com a Lei Paulo Gustavo, relatório de execução do objeto, exceto se a prestação de informações for in loco. Em último caso, quando o relatório de execução do objeto não for detalhado ou em casos de denúncia, o proponente deverá apresentar relatório de execução financeira. Dessa forma, aconselha-se que todas as notas fiscais e recibos sejam guardados para fins de eventual necessidade de prestação de contas por meio de relatório de execução financeira * fonte: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/perguntas-frequentes-sobre-a-lei-paulo-gustavo), nos casos de editais de submissão de projetos com contrapartidas, e a segunda, mediante assinatura de recibo simples, no caso se houvesse em nosso edital premiações ou bolsas culturais, nas quais não existem a prerrogativas de contrapartidas.

Sendo assim autorizamos o pagamento oriundos dos recursos da LC 195/2022 das dotações orçamentárias 09.0001.13392.0010.2024.3.3.90.36.00.00 e 09.0001.13392.0010.2024.3.3.90.39.00.00 conforme editais de chamamento 06 e 07/2024.

Atenciosamente.

Adriana Z. Franco

Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
Secretária de Esporte, Cultura e Lazer

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

65

Protocolo: 3576/2024
Objeto: *"Chamada Pública referente a Lei Paulo Gustavo, produções audiovisuais, Caroline Kurovski".*
Requerente: Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

Parecer Jurídico

I – Relatório

O Município de Piên abriu o edital de chamamento público n.º 007/2024 cujo objeto é: "seleção de projetos culturais na área do AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no anexo I, por meio da celebração de termo de execução cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Piên/PR".

O referido certame tem a finalidade de fomentar o desenvolvimento cultural no âmbito Municipal, sendo que tal fomento se dá através da Lei Complementar de n.º 195/2022, regulamentada pelo Decreto de n.º 11.453/2023.

O processo veio acompanhado dos seguintes documentos: I) documento de formalização da demanda; II) termo de referência; III) estudo técnico preliminar; IV) Termo de execução Cultural; V) formulários de inscrição, contendo informações acerca dos trabalhos a serem desenvolvidos; VI) informações orçamentárias/financeiras; VII) consultas as certidões de regularidade jurídica/fiscal.

O Edital de credenciamento foi elaborado pela empresa Nós, a qual foi contratada através do processo licitatório de inexigibilidade de n.º 018/2024, e, formalizado através do contrato de n.º 09/2024, o qual tem o seguinte objeto: "Contratação de empresa especializada para Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, com finalidade de auxiliar a equipe da Secretaria na elaboração dos Editais, publicações e atendimento aos artistas locais (tira-dúvidas), através de profissionais habilitados, com capacidade técnica e vivência prática para atender a equipe administrativa em ações relacionadas á aplicação da Lei Complementar 195 – Lei Paulo Gustavo".

É o relatório.

II - Passamos a análise jurídica.

A Municipalidade com o objetivo de fomentar as atividades culturais no Município de Piên, abriu o chamamento público de n.º 07/2024, cujo objetivo era credenciar criadores de cultura, para que então fosse possível celebrar termo de execução cultural, para repasse de valores decorrentes da Lei Complementar de n. 195/2022.

O credenciamento é um procedimento auxiliar das licitações e das contratações previsto no art. 78, I, da Lei nº 14.133/21 e definido no art. 6º, XLIII da mesma Lei, que tem por objetivo convocar interessados em prestar serviços ou fornecer bens, uma vez preenchidos os requisitos necessários, sendo garantido neste procedimento todos os princípios basilares da Administração Pública e da nova Lei de Licitações.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

66

Além disso, trata-se de procedimento a ser adotado dentro da exceção ao dever de licitar na qual não haja concorrentes e, assim, "*a Administração aceita como colaborador todos aqueles que, atendendo as motivadas exigências públicas, manifestem interesse em firmar contrato ou acordo administrativo.*" (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas comentadas. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 348).

Neste caso, pelo chamamento público a Administração "convida" todos os interessados, estabelecendo critérios objetivos para contratação e, analisa as condições de cada um dos candidatos julgando conforme os critérios do edital e, quando habilitados os interessados firmam contrato com o Município, passando a serem contratados para prestar serviços ou realizar a entrega de produtos.

Não há, portanto, disputa de proposta pelos interessados no chamamento público, passando os habilitados a serem tratados como credenciados, mantendo-se obviamente a classificação em todos os critérios estabelecidos pelo edital do credenciamento.

Em resumo, a Administração tem a possibilidade instaurar processo administrativo a fim de convocar empresas ou profissionais interessados para serem contratados para o fornecimento de produtos objeto deste. Além disso, a contratação deve obedecer a parâmetros objetivos e de pré-qualificação, mediante tratamento isonômico através de regras editalícias bem definidas, especialmente quanto a um único referencial de remuneração e distribuição de serviços.

De outro giro, analisando o termo de execução cultural vislumbro que ele atende os requisitos mínimos estabelecidos pela legislação aplicável a espécie, quais sejam: Lei 14.133/2021; Lei Complementar 195/2022; e Decreto 11.453/2023, bem como todos os demais atos decorrentes do chamamento público de n.º 007/2024.

Por fim, importante pontuar que, no caso em tela, em decorrência do contrato de n.º 009/2024, **todos os atos atinentes a habilitação, classificação, e julgamento de eventuais recursos ficavam a cargo da contratada**, conforme termo de referência anexo ao referido contrato, e, não tendo a empresa notificado nenhuma irregularidade, nem o setor de Licitações e Contratos, não resta outra alternativa a não ser opinar pela homologação do presente chamamento público, e, considerar válido o presente termo de execução cultural.

III – Conclusão

Neste sentido, **opinamos pela regularidade** do chamamento público para credenciamento de interessados na *Chamada Pública referente a Lei Paulo Gustavo, produções audiovisuais(...),* através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, e, portanto, **plenamente possível firmar o presente termo de execução cultural**, em conformidade com o disposto no art. 37 da CF, da Lei 14.133/2021 e da Lei Complementar 195/2022.

Por fim, cumpre destacar que o presente parecer tem caráter meramente opinativo, ou seja, é não vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada adotar ou não a orientação

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

exposta no parecer[1]. E, que o mesmo foi elaborado com base nas informações prestadas a esta procuradoria jurídica, se atendo somente aos contornos jurídicos das questões apresentadas, uma vez que os critérios/justificativas e a análise de mérito (oportunidade e conveniência) do pedido para a realização do ato administrativo constituem análise técnica e discricionária da Secretaria solicitante, e, portanto, é vedado aos assessores jurídicos se imiscuir-se sobre o mérito administrativo, tal como apregoado pelo enunciado de n.º 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas (BPC)[2].

S.M.J. É o parecer.

IV - Recomendação

A assessoria de Licitações e Contratos: para que realize a publicação e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial deste ente federativo, em atendimento ao disposto no §2º do art. 54 da Lei nº 14.133/21.

Piên, 04 de julho de 2024.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

[1] Agravante que, na qualidade de chefe da Assessoria Técnica da Administração Regional, emitiu parecer favorável a contratação. **Manifestação de natureza meramente opinativa e, portanto, não vinculante para o gestor público**, o qual pode, de forma justificada, adotar ou não a orientação exposta no parecer. O parecer tem natureza obrigatória (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93), porém não é vinculante. (STF, AgReg no HC n.º 155.020 – Min. Celso de Mello).

[2] A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, **evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos**, tais como os técnicos, administrativos ou de **conveniência ou oportunidade**, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Prefeitura de
PIÊN

MUNICÍPIO DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

68

PROTOCOLO N° 3576/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 076/2024

Inexigibilidade de Licitação, na forma do Art. 74° caput I, da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024. **CAROLINE KUROVSKI**

PESSOA JURÍDICA: CAROLINE KUROVSKI

CNPJ: 46.802.072/0001-53

VALOR: R$ 14.789,97 (quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

Dotação Orçamentária:

09.0001.13392.0010.2024.3.3.90.39.00.00 Conta 2691

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

Piên/PR, 04 de julho de 2024

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação **Nº 076/2024**, que tem como objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024. CAROLINE KUROVSKI. em favor do proponente **CAROLINE KUROVSKI _CNPJ: 46.802.072/0001-53** no valor total de R$ 14.789,97 (quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos). com base no caput I do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores, de acordo com parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o protocolo administrativo nº 3576/2024

maicon

Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

70

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 076/2024

PROTOCOLO: 3576/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024. **CAROLINE KUROVSKI**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: CAROLINE KUROVSKI

CNPJ: 46.802.072/0001-53

VALOR: R$ 14.789,97 (quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Educação de Rio Negro PR		PR			

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 01 de julho de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:401170A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2024/NOVA DATA DE ABERTURA

OBJETO: Aquisição de 2 (duas) Ambulâncias de Suporte Básico - Tipo B e 2 (dois) veículos utilitários, através de incentivo financeiro estadual de investimento para o transporte sanitário conforme Resolução SESA/PR nº 1108/2024, Resolução SESA/PR nº 1429/2023 e Resolução SESA/PR nº 374/2024. **Edital disponível no site**: www.pien.pr.gov.br a partir do dia 05/07/2024. **Entrega das propostas**: a partir 05/07/2024 no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 18/07/2024 às 09h30 (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 04 de julho de 2024.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:3E185CBF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 073/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 073/2024

PROTOCOLO: 3573/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ALKIMIDIA COMUNICAÇÃO E COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA,
CNPJ: 22.948.565/0001-38
VALOR: R$ 14.289,97 (quatorze mil duzentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:57245C3E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 074/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 074/2024

PROTOCOLO: 3574/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ANDRE MIGUEL KUROVSKI
CNPJ: 44.996.881/0001-18
VALOR: R$ 14.789,97 (quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:362B99A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 075/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 075/2024

PROTOCOLO: 3575/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: BARBARA DE OLIVEIRA KAMINSKI
CNPJ: 55.153.725/0001-01
VALOR: R$ 14.289,97 (quatorze mil duzentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:94E58993

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 076/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 076/2024

PROTOCOLO: 3576/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: CAROLINE KUROVSKI
CNPJ: 46.802.072/0001-53

VALOR: R$ 14.789,97 (quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F161691D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 077/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 077/2024

PROTOCOLO: 3577/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: EMANUELLY APARECIDA RAMOS
CNPJ: 49.990.841/0001-82
VALOR: R$ 11.219,61 (onze mil, duzentos e dezenove reais e sessenta e um centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:43CD2939

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 078/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 078/2024

PROTOCOLO: 3578/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: GABRIELA RUDNICK
CNPJ: 37.323.693/0001-63
VALOR: R$ 14.789,97 (quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:DAB52082

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 079/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 079/2024

PROTOCOLO: 3579/2024

72

Objeto O presente objeto refere-se à Incentivo Cultural para Premiações de serviço de audiovisuais, realizada por pessoa jurídica residentes no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo referente a chamada publica 007/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: KEVEN SOCREPPA
CNPJ: 52.938.704/0001-03
VALOR: R$ 11.789,97 (onze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:1C81907C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 080/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 080/2024

PROTOCOLO: 3620/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Apoio a Demais Áreas Artísticos Culturais, realizada para pessoa Física residente no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA FISICA: CAMYLLE SCREMIM FAGUNDES GOMES
CPF: 055.252.829-33
VALOR: R$ 2.813,18 (dois mil, oitocentos e treze reais e dezoito centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:1B187E97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 081/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 081/2024

PROTOCOLO: 3619/2024

Objeto O presente objeto refere-se à Apoio a Demais Áreas Artísticos Culturais, realizada para pessoa Física residente no Município de Piên com base em recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 Lei Paulo Gustavo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA FISICA: ELIANA REGINA MASSANEIRO
CPF: 020.993.089-69
VALOR: R$ 2.813,18 (dois mil, oitocentos e treze reais e dezoito centavos)

AUTORIZAÇÃO 04/07/2024

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

73

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
5822/2024	Ordinário	05/07/2024	3728	72737

Licitação

Tipo	Número
Processo inexigibilidade	76/2024 de 04/07/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
CAROLINE KUROVSKI 07804159900	30753-0	46.802.072/0001-53

Endereço	Bairro
RUA BAHIA, 300	CENTRO

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
Piên/PR	83860-000	41996180221				

Classificação da despesa

09 SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.001 ÁREA DA CULTURA
13.392.0010.2024 MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO
3.3.90.39.99.99 DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA
2691 01053 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual
De Exercícios Anteriores

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
R$ 59.314,95	**R$ 14.789,97**	R$ 44.524,98

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
27418	Contemplar a Sra. CAROLINE KUROVSKI, proprietária da empresa CAROLINE KUROVSKI, situado na Rua Bahia, nº 300 – Centro de Piên/PR, CNPJ 46.802.072/0001-53, inscrito no Edital de Chamamento Público 007/2024, inscrito na categoria Audiovisual – Inciso I – Curta, para receber recurso da Lei Complementar 195/2022 Lei Paulo Gustavo.		SERV	1,0000	14.789,970	14.789,97

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	47030375/2024	01/01/2025
CERTIDÃO FGTS	2024062111426155285823	21/07/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	3BD6.5CBC.ABD2.3D96	10/11/2024

Forma de pagamento: EM ATÉ 30 DIAS
Local de entrega: SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Adriana Franco

ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO

Equiparo